

## HISTÓRIA REGIONAL ALAGOANA: A HISTORIOGRAFIA REGIONAL ALAGOANA COMO RECURSO PRESENTE NA BNCC

SILVA, Erik Raniere Ferreira da<sup>1</sup>

### RESUMO

A educação brasileira vem passando por diversas transformações ao longo das décadas, com a criação de legislações que visam unificar o currículo a nível nacional fica a dúvida qual conteúdo a ser cobrado? E se esse conteúdo está de acordo com a realidade e a história do estudante em sala de aula? Esse trabalho visa apresentar a experiência da história regional do estado de Alagoas para discentes do ensino fundamental. Com a utilização de recursos bibliográficos e documentais tem como propósito fomentar as discursões sobre a historiografia regional e como ela pode impactar na formação de discente em um ser atuante e presente na história nacional. Analisaremos os aspectos da legislação vigente como a Base Nacional Comum Curricular e documentos do estado para validar a utilização desse estudo como recurso a está presente no ano letivo das escolas. Só assim, aumentaremos a visibilidades da historiografia local e espalharemos trabalhos desenvolvidos no mundo acadêmico.

**PALAVRAS-CHAVES:** História Regional, Currículo, BNCC.

### 1 INTRODUÇÃO

A historiografia nacional é bastante relevante no campo do ensino, na escola que é desenvolvido o campo do saber e discussão sobre múltiplos temas. O estudo das disciplina se torna relevante, pois são com elas que os discentes em formação conseguem enxergar algo em seu futuro, como um ser crítico e atuante no espaço social que ocupa. Contudo, esse saber foi aos poucos se enfraquecendo, notamos uma grande relevância nos estudantes da educação básica por temas relacionada a historiografia nacional ou história geral que em sua maioria abrange apenas como conteúdo o continente europeu. É na Europa que “nasce” o mundo ocidental, então como “mãe” necessitamos estudar sua formação e quais momentos influenciaram nossa historiografia no Brasil.

Contudo, com as inovações que o estudo necessita e com as implantação de novas metodologias nas escolas podemos ter uma maior liberdade na implementação de pesquisas que possibilitam uma melhor compreensão dos temas

---

<sup>1</sup> Graduando em Licenciatura em História, Bolsista do Programa Residência Pedagógica, UNEAL, *Campus I*, eriksilva@alunos.uneal.edu.br

abordados. As discussões em salas de aula se tornaram mais democráticas e pautando em pesquisas coerentes, mas precisamos avançar nas inovações e investimento que salas de aulas são necessários para um aproveitamento satisfatório das aulas. Um dos seus objetivos que poderia entrar no currículo é ensinar a história de Alagoas e assim discutir os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais para fomentar o conhecimento sobre o estado pouco conhecido pelos estudantes.

O presente trabalho tem características em apresentar um nova realidade em desenvolvimento educacional, se utilizando da atual legislação para colocar o discente em discussão a respeito da história local que representa. As realidades de cada educando na sala de aula proporciona um saber único e explorar o regionalismo presenta na historiografia alagoana traz consigo uma representação na história regional e um pertencimento como um ser atuante na história.

A história regional recurso que deveria ser indispensável nos debates sobre a formação do povo brasileiro é competência negligencia pela legislação que pouco fala ou discute sobre o tema. A Base Nacional Comum Curricular, Lei Diretrizes e Bases, Componente Curricular de Alagoas pouco constroem diálogos que se adequem a realidade de muitos jovens e uma adaptação do currículo escolar para inserir temas regionais nas aulas. Por isso, essa pesquisa vem com o propósito de conciliar o conhecimento produzido na universidade e unir a teoria com a pratica das salas de aula da rede básica educacional de Alagoas.

## **2 METODOLOGIA**

Nessa pesquisa existe um caráter peculiar em analisar a historiografia regional presente no currículo e na legislação, trazer um enfoque maior para esse assunto para desvendar o interesse dos discentes na construção do ser atuante na história. Com isso, utiliza de meios para buscar esse fim como textos bibliográficos, do campo educacional a legislações em vigor no país com enfoque na BNCC. Utilizando de métodos qualitativo em tentar se buscar novas formas de saber com a questão da historiografia e questionar o seu ambiente em volta, como competência para o seu ensino-aprendizado.

Com o auxílio de pesquisas buscaremos conectar esses extremos, assim fazer fomentar o conhecimento produzido no meio acadêmico para que todos

possam ter acesso de forma que se construa uma identidade de sujeitos atuantes na historiografia local.

### **3 RESULTADOS E DISCURSSÃO**

Na década de 90 com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foi estabelecida que uma norma deveria ser criada para a unificação do currículo nacional e que as instituições precisaria implementar para melhora os índices do ensino a nível nacional (Brasil, 1996). O Congresso concluiu esse feito em 2017, mais de 20 anos depois com a criação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Foi um marco que entrou para a história e assim uma inovação no campo do ensino brasileiro.

A BNCC foi uma revolução no campo educacional desde sua criação, a intenção de unificar o currículo para modificar a educação nacional. Com esse documento está contida as estratégias curriculares que as respectivas instituições educacional do Brasil precisa alcançar para aperfeiçoar no seu ensino. No campo da legislação o Brasil inovou aos longos das décadas com implementação de uma lei com o propósito de complementar o que já estava em vigor e auxiliando os estados e municípios no seus respectivos componentes curriculares.

Com isso, foi estabelecida normas que estados e municípios deveriam seguir para a unificação do ensino brasileiro, as instituições de ensino deveria aplicar as novas regras com o objetivo de melhora a educação no Brasil. Contudo, é muito complicado a nível nacional e com as desigualdades que assola nosso país aplicá-las com louvor. A BNCC estabelece os parâmetros dos currículos escolares a nível Nacional, e assim através desse documento que podemos reorganizar o ensino e deixá-lo mais igualitário para que todos os estudantes consigam compreender melhor o seu papel social na sociedade.

A educação é uma arma fundamental de transformação social, por meio desse conhecimento que possibilitamos almejar sujeitos coerentes na sociedade. Porém, ela também revela as mazelas em nossa cartilha educacional, pois com suas objeções que muitas vezes não são levadas em conta a infraestrutura das escolas de hoje. Várias não existem ventilação ou condições mínimas de comportar os discentes da comunidade e mesmo assim necessitam de aplicar de forma “igualitária” as competências estabelecidas na legislação. O que pode prejudicar no

ensino-aprendizagem das disciplinas que compõe o componente curricular das escolas, principalmente das ciências humanas que utilizam olhar crítico e habilidades que possam ajudar a conhecer seu lugar na sociedade.

A historiografia passou por várias mudanças logo após os avanços do movimento dos Annales, durante o século XX com as inovações que o período passou foi possível realizar indagações mais pertinentes que pudessem desenvolver um senso crítico mais apurado (Burke, 2013). Durante essa época o educador Paulo Freire (2021) já desenvolvia no campo pedagógico teorias e ações para desenvolver esse pensamento crítico analítico nos estudantes como forma de reconhecimento no espaço que ocupa. É através desse viés que podemos realocar os estudantes em um pertencimento na história nacional e local.

O ensino de história sempre foi marcado por uma forte presença de elementos do passado em seu contexto, ao longo dos séculos foi feita uma modificação e outros atores começaram a entrar em cena com indagações que continuam até hoje. Na contemporaneidade, os discursos marca a nossa história e mostram como é presente as ideias convergentes com a democracia atual em nosso país. Em análise atual a historiografia local ou regional sempre foi colocada como segundo plano, em salas de aulas só valorizadas em datas comemorativas ou como contexto superficial para apresentar a temática estabelecida em nosso currículo escolar.

Sendo assim, a BNCC vem com objetivo nos anos iniciais do fundamental de implementar discussões que levem para uma reconhecimento do espaço e como o “eu” no campo da história. Uns dos procedimentos básicos buscadas é “a presença de diferentes sujeitos ganha maior amplitude ao se analisarem processos históricos complexos ocorridos em espaços, tempos e culturas variadas” (Brasil, 2017, p. 416), sendo assim ao analisar o campo da história regional podemos utilizar vários espaços e múltiplos trabalhos utilizados para incentivar a teoria produzida nas universidades e a práticas que seriam as escolas de educação básica.

Nesse sentido, que o estado de Alagoas entra a desenvolver seu próprio Referencial Curricular estadual educacional, para auxiliar os docentes e gestão escolar no desenvolvimento autônomo e crítico do estudantes da educação básica que pretende:

(...) a formação do estudante sobre as experiências humanas e a sociedade em que vive, ou seja, a História como um campo de indagações sobre as coisas do passado e do presente, possibilitando a construção de explicações, formando ou desvendando significados, em um movimento contínuo ao longo do tempo e do espaço, incentivando a capacidade de comunicação e diálogo para o respeito à diversidade cultural, social e política. (Alagoas, 2019, p. 630-631)

Colocando os estudantes alagoanos em contato com sua própria historiografia, conseguiremos possibilitar uma base sólida e firme que almeje a criticidade e pertencimento como ser atuante e em transformação no espaço que ocupa. Apresentando as diferenças culturais, econômicas e políticas sobre o estado e pautando no desenvolvimento da cidadania e respeito ao outro como ser atuante na sociedade. Conhecendo e valorizando sua história, seus processos de mudanças e suas representações na atualidade, respeitando a legislação atual em vigor, possamos entregar aos discentes visões múltiplas sobre os temas a serem debatidos, seja no campo historiográfico ou de outras áreas do conhecimento (Amorim, 2019).

A geografia, língua portuguesa, matemática, ciências, arte, educação física, disciplinas presente no ensino fundamental que podem possibilitar em suas respectivas áreas de conhecimento o fomento as discussões sobre Alagoas e sua importância para o reconhecimento da identidade estadual. Na literatura apresentar os escritores do estado, geografia utilizar a morfologia e geopolítica como exemplos, nas ciências as contribuições e principais destaques do ambiente e matemática utilizando como exemplos as formas geométricas presente no território, enfim utilizando de exemplos as características e nuances que Alagoas proporciona para uma melhor compreensão e entendimento da matéria e assim almejar um pertencimento como ser relevante no campo regional.

Além de buscar um conhecimento podemos mesclar temáticas presente na lei da cultura afro-brasileira 10.639/2003 e indígena 11.645/2008, para esclarecer a relação da cultura afro no estado e sua presença indígena muito forte na língua e na formação do estado durante o período do Brasil Colônia. Com a amparo da interdisciplinaridade e cumprimento da legislação educacional, é visível que podemos construir uma currículo que consolide um ensino-aprendizagem amplo sobre a temática. A historiografia local é muito pouca debatida, trazer esse tema

torna os assuntos mais conhecidos e assim almejamos consolidar essa discussão no currículo escolar letivo.

Contudo, parte dessa teoria precisa se torna viável se a prática estiver de acordo com a realidade educacional atual, uns dos problemas que assolam é a questão bibliográfica que é muito pouca acessível. Parte de colocar o projeto no rumo só é necessário se tiver uma base de conhecimento documental sobre o tema e infelizmente parte dessas fontes estão presentes em ambientes poucos acessíveis e de difícil acesso.

Muitos estudos estão guardados em bibliotecas na capital o que inviabiliza parte do desenvolvimento dessa temática em regiões do interior do estado. Outro modo, é que necessitamos de materiais didáticos e fontes acessíveis para aplicar a história regional nas escolas da rede básica de ensino do estado. Muitos desses materiais que poderiam estar disponíveis nas bibliotecas municipais estão guardadas em outros estados, por causa da imigração de acadêmicos que por muito tempo foi frequente em Alagoas e que pode dificultar ainda mais o desenvolvimento da temática em nosso estado.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao analisar os aspectos historiográficos notamos que no currículo brasileiro existe uma lacuna presente sobre a historiografia regional, durante o ano letivo é constatado que se aprender conteúdos relacionados ao campo nacional e internacional, mas não é ensinado os estudos regionais de cada estado na educação básica. Contudo, no campo superior de ensino as universidades brasileiras vem trazendo em seus estudos e campos uma gama de diversidade de temas da história regional e suas contribuições para a contemporaneidade.

Em Alagoas as universidades presente existem pesquisas e conteúdos sobre o tema, mas infelizmente o seu acesso requer um esforço enorme que não chega até as escolas municipais e estaduais para apresentar as temáticas sobre a historiografia alagoana. Se faz presente políticas que fomentem ações necessárias para distribuir de forma que consigamos unir os conhecimentos das universidades até as escolas do estado e municípios. Para que os estudantes da educação básica consigam compreender a importância de Alagoas para a história nacional e revelar

outros meios de ensino que fujam do eixo Rio de Janeiro/São Paulo/Minas Gerais da historiografia brasileira.

## 6 REFERÊNCIAS

ALAGOAS. SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO DE ALAGOAS. **Referencial Curricular de Alagoas.** Disponível em:

<<https://drive.google.com/file/d/1A1IUoZTPBNLjVRiyT18OEF3gArElHg7p/view>>.

Acesso em: 29 de set. 2023.

AMORIM, Adson Ney dos Santos. **Alagoanidade em questão: notas para uma sociogênese da moderna tradição de narrativas e narradores da identidade alagoana.** 2020. 102 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

BRASIL. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 02 de mar. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular.** 2017.

Disponível em:

<[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf)>. Acesso em: 29 de set. 2023.

BURKE. Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a escola dos Annales 1929-1989.** São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021